



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9207 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

A alfabetização e o ensino remoto emergencial: as (im) possibilidades do trabalho pedagógico
Elvira Cristina Martins Tassoni - PUC/CAMP - Pontifícia Universidade Católica de

Campinas

Agência e/ou Instituição Financiadora: PUC-Campinas

A alfabetização e o ensino remoto emergencial: as (im) possibilidades do trabalho pedagógico

Resumo:

Esta pesquisa vincula-se a uma investigação conduzida pelo coletivo ALFABETIZAÇÃO EM REDE, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria do Socorro Macedo da UFSJ, visando compreender a situação da alfabetização de crianças no Brasil durante a pandemia da Covid-19. O presente texto tem o objetivo de apresentar as (im) possibilidades do trabalho com a alfabetização, considerando a leitura e a escrita, no ensino remoto. Participaram da pesquisa 19 professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental pertencentes à rede pública municipal de ensino de cinco cidades do estado de São Paulo, via Skype, pela técnica de grupo focal. Os resultados mostraram os esforços das professoras para encontrar formas de contato com alunos e famílias, contrariando as orientações iniciais das secretarias de educação, que ofereceram plataformas digitais e blocos de atividades impressas como opções. O WhatsApp foi o meio de comunicação mais eficiente e acabou sendo legitimado oficialmente, assim como os encontros pelo Google Meet, que apesar de terem ficado à critério de cada professor e com participação pequena dos alunos, foi ganhando força, viabilizando propostas no campo da leitura e da escrita. Conclui-se, que diante de um cenário tão adverso, as professoras construíram caminhos, negociaram, debateram, aprenderam e lutaram pelos alunos.

Palavras-chave: COVID-19 e escola; tecnologia; práticas pedagógicas.

Introdução

As escolas no mundo inteiro fecharam as portas diante da dolorosa experiência da pandemia de COVID-19, imposta pelo coronavírus SARS-CoV-2 (*Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*). No Brasil, desde o mês de março de 2020, as aulas presenciais em todas as instituições de ensino foram interrompidas e a regulamentação para a substituição por aulas não presenciais veio em caráter emergencial. No que se refere à Educação Básica, uma série de pareceres aprovados pelo Conselho Nacional de Educação foram publicados, visando validar as atividades não presenciais e definindo orientações educacionais para as aulas e atividades em um novo formato. O Parecer CNE/CP nº 19 de 8 de dezembro de 2020 homologado pelo Ministério da Educação outorgou autonomia aos sistemas de ensino municipais, estaduais e privados para a reorganização dos calendários, do planejamento

curricular, das formas de avaliação, definindo alguns critérios para o registro detalhado das atividades não presenciais, bem como para assegurar formas de aprendizagem aos alunos.

Diante do repentino fechamento das escolas e das regulamentações legais que, lentamente, foram sendo publicadas, qual foi a resposta (im) possível das escolas e dos professores, ao novo cenário para a realização do trabalho pedagógico?

Este trabalho apresenta um estudo inicial sobre o ensino remoto emergencial e a alfabetização de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Vincula-se a uma pesquisa maior coordenada pela Profa. Dra. Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, da Universidade Federal de São João del Rei, e conduzida pelo coletivo ALFABETIZAÇÃO EM REDE, visando compreender a situação da alfabetização de crianças no Brasil durante a pandemia da Covid-19. A investigação maior está organizada em duas fases: a primeira, ocorreu em 2020 e foi composta por um questionário aplicado a docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano), reunindo vasto material, especialmente sobre o ensino remoto, envolvendo 23 estados da federação – esse material está em processo de análise; a segunda fase está em andamento e envolve a realização de grupos focais com professoras da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, adensando informações sobre o ensino remoto e a alfabetização.

O presente texto foi elaborado a partir do material empírico produzido na segunda fase da pesquisa e o recorte trazido aqui tem o objetivo de apresentar as (im) possibilidades de trabalho com a alfabetização, considerando a leitura e a escrita, no ensino remoto. Participaram deste momento 19 professoras atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas municipais de cinco cidades localizadas no estado de São Paulo. Foram realizados quatro grupos focais pelo Skype, durante o mês de abril de 2021, com a participação de quatro a seis professoras em cada grupo. Os encontros foram gravados e transcritos. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Conhecendo as participantes

As 19 professoras têm formação em Pedagogia e três delas têm uma outra licenciatura – Artes, Letras e Geografia. Uma das professoras fez Publicidade e trabalhou 20 anos nesta área, cursando Pedagogia depois. Além da graduação, nove professoras fizeram especializações em diferentes áreas – Psicopedagogia, Educação Especial, Educação e Tecnologia, Ensino de Ciências e Matemática para os anos iniciais, Alfabetização e Neurociência. Uma professora tem mestrado em educação e outra está cursando e cinco delas ingressaram no doutorado, também em educação.

O tempo de experiência no magistério foi bem diversificado, variando entre 1 e 26 anos. Dez professoras têm mais de 10 anos de experiência e nove delas têm menos que isso. Das 19 professoras, seis delas já atuaram na Educação Infantil e boa parte do grupo teve experiência com turmas de diferentes idades no Ensino Fundamental. Apenas três professoras atuaram em um ano específico desta etapa de ensino: uma ingressou na rede municipal em 2020, assumindo um 1º ano e se manteve em 2021 com o 1º ano; a outra também ingressou recentemente, atuando com 3º ano; e a terceira atua há 3 anos com o 2º ano.

Os encaminhamentos dados pelas redes municipais envolvidas

A partir da deliberação para reorganização do calendário escolar, houve, nas redes pesquisadas a antecipação do recesso escolar. Em parte delas isso aconteceu de forma mais rápida, logo após a suspensão das aulas, mas para outras, esta decisão foi tomada mais tardiamente, com a justificativa de que a expectativa era de um retorno às aulas presenciais em um período de tempo mais curto; o que não aconteceu. Findado o recesso de 15 dias, a

movimentação, no âmbito das secretarias de educação, em relação a que ações tomar foi se delineando, mas a comunicação com os professores sobre o que fazer e como, não aconteceu rapidamente. Uma das redes municipais de educação retomou o contato com seus professores apenas no fim do mês de agosto e o contato com as famílias e os alunos aconteceu em setembro.

Observa-se que o ensino remoto emergencial foi sendo organizado de forma descentralizada e heterogênea. As orientações oficiais iniciais envolveram o uso de plataformas digitais e/ou atividades impressas para serem retiradas na própria escola. No entanto, as restrições de circulação, as dificuldades de acesso, por falta de internet banda larga e de equipamento apropriado, levaram as professoras a buscar outras formas de contato e o WhatsApp foi o meio mais eficiente, tanto pela familiaridade de manuseio, como pela facilidade de acesso via celular. Além do WhatsApp, outros recursos foram usados como possibilidade de contato com os alunos e suas famílias e para o trabalho pedagógico: o Google Meet, atividades postadas no Portal da Secretaria de Educação ou em outras plataformas, principalmente o Google Sala de Aula, atividades impressas em formato de apostila, o livro didático e algumas professoras elaboravam sequências didáticas, com a periodicidade de envio – semanal, quinzenal ou mensal. As professoras relataram tentativas de contato por e-mail ou por Telegram Messenger[1]. Houve experiências com o padlet[2] para a realização das atividades, mas apenas em um momento inicial, anterior ao convênio com a Google. Houve também o uso de TV aberta para veiculação de vídeos educativos curtos, que também eram disponibilizados pelo *You Tube*. A depender do tema eram os próprios professores que faziam os vídeos ou algum setor mais específico, como a guarda civil, com orientações sobre as pipas e os cuidados em relação à segurança, ou a vigilância sanitária, com orientações sobre a saúde e higiene. A TV aberta também veiculava momentos de contação de história realizadas pelas professoras.

Os desafios para se estabelecer um trabalho pedagógico de forma remota foram enormes como confirma a pesquisa TIC-Educação 2019, entre os meses de agosto e novembro de 2019, período anterior ao fechamento das escolas. O estudo mostra que apenas 14% das escolas públicas localizadas em áreas urbanas contavam com um ambiente ou uma plataforma virtual de aprendizagem; 39% dos alunos não possuíam nem computador de mesa, nem notebook ou tablet, e 21% dos alunos de escolas públicas acessavam a internet apenas pelo telefone celular. Embora 63% dessas escolas oferecessem acesso à internet, a baixa velocidade, a escassez de computadores, o obsolescimento, a ausência de suporte técnico e de manutenção, foram mencionados por professores como impeditivos para se construir uma cultura escolar em torno do ensino e aprendizagem mediados pelas tecnologias. Em relação aos domicílios, a pesquisa TIC-Domicílios 2019 mostrou que entre 2014 e 2019, dentre os usuários de internet o percentual de acesso por celular cresceu de 76% para 99%, enquanto que o acesso por computadores caiu de 80% para 42%. Embora o uso do celular seja significativo, mais de 60% deles com plano pré-pago.

O relato das professoras confirma esse cenário indicando o baixo acesso das famílias e dos alunos às plataformas e aos encontros virtuais, como também o pequeno retorno das atividades impressas realizadas.

O trabalho pedagógico diante do (im) possível

Diante das condições (im) postas não somente frente à crise sanitária, mas às precárias possibilidades de conectividade e interatividade, as professoras foram relatando os caminhos encontrados para realizarem seu trabalho junto às crianças. Gravam áudios pelo WhatsApp ou vídeos pelo *You Tube* para oferecer as explicações sobre as atividades impressas organizadas em kits disponíveis para retirada na escola. As dúvidas eram discutidas via WhatsApp. Nos

encontros pelo Google Meet houve roda de leitura – “a gente usou o catálogo da brinque-book que disponibiliza livros virtuais e as crianças podem ir acompanhando” (Paloma[3]). Algumas obras lidas eram a base para projetos de exploração do alfabeto e das relações entre sons e letras, assim como jogos e brincadeiras – força, adivinhas, rimas – “a gente colocava sons de animais e eles tinham que adivinhar o animal aí discutíamos a escrita do nome dos animais. Era uma interação online mesmo com o jamboard[4]” (Alba). Os encontros também oportunizaram que as crianças compartilhassem informações sobre o seu espaço, mostrando ervas plantadas no quintal e sua utilidade, animais de estimação e ainda sobre seus familiares. Nos encontros houve espaço para as crianças expressarem o que estava acontecendo e o que gostariam de pesquisar e estudar – sobre médico, coronavírus, fórmula I. Esses momentos oportunizavam o trabalho com saberes diversos, por meio da linguagem oral e escrita. A tecnologia possibilitou a exploração de músicas, poemas, de lives sobre assuntos de interesse, como astronomia, do Google Maps para visitar e estudar diferentes espaços.

Diante dos desafios de realizar o trabalho pedagógico de uma forma nunca antes imaginada, o trabalho coletivo foi um caminho. Professores ajudando-se mutuamente, compartilhando suas aprendizagens com a tecnologia, compartilhando experiências com os encontros feitos pelo Google Meet – “foi uma coisa tão bacana que elas divulgaram isso em uma formação na escola. Foi bem legal de ver, mas não foi uma iniciativa da rede. Foi da escola” (Corina). No entanto, a construção dessas relações interpessoais foi mais um desafio a ser enfrentado. A necessidade de organização de um trabalho coletivo expôs ainda mais as diferenças nos modos de pensar, especialmente em relação à concepção de alfabetização e de ensino da escrita. Embates e negociações foram constantes entre professores e entre eles e a equipe gestora. Mas, as professoras relataram que houve oportunidade para o fortalecimento da parceria e do trabalho coletivo e interdisciplinar.

Os dados mostraram que houve perdas importantes, pois, o espaço escolar é insubstituível na vida das crianças. No entanto, a escuta ganhou mais espaço nas conversas virtuais, as professoras queriam saber o que cada aluno que ali estava tinha para contar e para mostrar (FREIRE, 1996). A literatura assumiu uma posição de destaque e a experiência com a escrita e a leitura ganhou mais sentido (SMOLKA, 2019), abrindo um caminho para uma mudança nas práticas pedagógicas. Talvez a pandemia venha a ser um divisor de águas e possa mostrar que a mudança é possível.

Considerações

Os desafios diante do ensino remoto emergencial foram imensos e escancaram as enormes desigualdades sociais do nosso país. Lamentavelmente, houve crianças e famílias que ficaram completamente sem contato com seus professores por mais de um ano. Por outro lado, a experiência vivida mostrou que a tecnologia é uma aliada e pode contribuir muito para as significações construídas nas relações entre as crianças e a linguagem escrita.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SMOLKA, A. L. Relações de ensino e desenvolvimento humano: reflexões sobre as (trans)formações na atividade de (ensinar a) ler e escrever. **Revista Brasileira de Alfabetização** - ABAIf. Belo Horizonte, MG | v. 1 | n. 9 | p. 12-28 | jan./jun. 2019.

TIC Educação 2019 [livro eletrônico]. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

[1] Programa de mensagens instantâneas criado em 2013. É gratuito e seu conteúdo fica armazenado na nuvem, promovendo mais eficiência e rapidez no envio de mensagens e de conteúdos “pesados”, no formato PDF, por exemplo (<https://resultadosdigitais.com.br/blog/telegram/>). Acesso em 2 de junho de 2021.

[2] Ferramenta digital para construção de murais virtuais colaborativos, acessíveis através do navegador de internet de computador ou aplicativo de celular. O acesso é gratuito, embora com algumas limitações em quantidade de murais disponíveis. Além disso, está disponível em língua portuguesa (<https://site.geekie.com.br/blog/padlet-como-criar-murais-para-suas-aulas/>). Acesso em 2 de junho de 2021.

[3] Os nomes aqui apresentados são fictícios para se preservar o direito ao anonimato das participantes, conforme acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

[4] Ferramenta gratuita da Google usada por parte das professoras. Funciona como uma lousa branca na nuvem, onde é possível escrever, desenhar, usar imagens e formas geométricas, além de apagar.